



PREFEITURA MUNICIPAL
TERESÓPOLIS
acima de tudo!

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa para execução dos Serviços de Engenharia para Obras de Contenção no Município de Teresópolis



Teresópolis



TERMO DE REFERÊNCIA – TR

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação SEMI-INTEGRADA de empresa para execução dos Serviços de Engenharia para Obras de Contenção nos seguintes pontos: Rua Zenóbio da Costa, Setor 12 e Rua Zenóbio da Costa, Setor 6 (Ponto 2) – Bairro São Pedro - Teresópolis – RJ – coordenadas respectivamente UTM 709.762,00 E e 7.517.031,00 S, e UTM 7.517.981 N e 709.927 E, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

A planilha orçamentária encontra-se no Anexo I – Planilha Orçamentária: Rua Zenóbio da Costa, Setor 12 e Anexo II – Planilha Orçamentária: Rua Zenóbio da Costa, Setor 6 (Ponto 2).

Resumo: Anexo I – Planilha Orçamentária: Rua Zenóbio da Costa, Setor 12.

OBRAS DE CONTENÇÃO DE TALUDES
RUA ZENÓBIO COSTA, SETOR 12 - BAIRRO SÃO PEDRO - TERESÓPOLIS-RJ

RESUMO GERAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	DATA BASE:	out/25
		PRAZO (MÊS)	TOTAL ONERADO
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	6	R\$ 477.486,76
2	SOLO GRAMPEADO VERDE	6	R\$ 9.880.452,73
3	OBRAS DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PROFUNDA DE TALUDES E ENCOSTAS	6	R\$ 140.272,52
4	PAVIMENTAÇÃO	6	R\$ 156.867,43
5	PROJETO EXECUTIVO, LEVANTAMENTOS, ENSAIOS E ESTUDOS	6	R\$ 248.788,75
7	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	6	R\$ 468.323,64
		TOTAL	R\$ 11.372.191,83

Resumo: Anexo II – Planilha Orçamentária: Rua Zenóbio da Costa, Setor 6 (Ponto 2).



OBRAS DE ESTABILIZAÇÃO EMERGENCIAIS
RUA ZENOBIO DA COSTA, SETOR 6 (PONTO 2) - SÃO PEDRO - TERESÓPOLIS-RJ

ESTIMATIVA DE CUSTO

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA BASE:	out-25
		PRAZO (MÊS)	TOTAL ONERADO
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	6	R\$ 111.090,95
2	CORTINAS ATIRANTADAS	6	R\$ 4.679.901,15
3	SOLO GRAMPEADO VERDE	6	R\$ 1.388.408,39
4	VIGA ESTAQUEADA	6	R\$ 54.161,35
5	OBRAS DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PROFUNDA DE TALUDES	6	R\$ 100.315,38
6	PROJETO EXECUTIVO, LEVANTAMENTOS, ENSAIOS E ESTUDOS	6	R\$ 265.971,35
7	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	6	R\$ 331.457,25
		TOTAL	R\$ 6.931.305,82

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto desta contratação caracteriza-se como OBRA DE ENGENHARIA de natureza especializada, enquadrando-se como contrato por escopo, segundo o previsto no art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133 de 2021.

1.3. Por se tratar de uma contratação semi-integrada, os quantitativos apresentados partem do Projeto Básico, da Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo deste Termo de Referência.

1.4. A empresa deverá seguir o dimensionamento das quantidades e o fornecimento de materiais estipulados no Projeto Básico disponibilizado.

1.5. É de responsabilidade da empresa contratada o dimensionamento dos equipamentos e mão de obra suficientes para cumprir o objeto da presente contratação dentro do prazo estipulado.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de execução dos trabalhos é inicialmente previsto em 6 (seis) meses, contado da data estabelecida na Ordem de Início, sendo admitida sua eventual



prorrogação caso ocorra algum dos motivos citados no artigo 115 § 5º da Lei nº 14.133 de 2021, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

1.6.1. Considera-se este prazo de execução razoável para realização das obras previstas no escopo desta licitação, conforme definido no projeto básico e conforme conhecimento técnico e histórico de serviços realizados.

1.6.2. O prazo de vigência do contrato é inicialmente previsto em 6 (seis) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação no Portal Nacional de Contratações (PNCP), sendo também necessária sua divulgação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Teresópolis, como requisito para sua eficácia, observando o estabelecido no art. 94, caput da Lei nº 14.133 de 2021, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.6.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, conforme art. 111 da Lei nº 14.133/2021, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município de Teresópolis está localizado na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, caracterizada por relevo acidentado e elevada suscetibilidade a processos de instabilização de encostas, especialmente em períodos de precipitações intensas.

2.2. Nos últimos anos, o município foi impactado por diversos eventos climáticos extremos, destacando-se os episódios registrados em 2011, 2012 e 2023, os quais ocasionaram deslizamentos de terra, danos à infraestrutura urbana e riscos à população residente em áreas de encosta.

2.3. Diante desse cenário, torna-se necessária a implementação de obras de engenharia geotécnica voltadas à contenção e estabilização de taludes, com o objetivo de reduzir a probabilidade de ocorrência de movimentos de massa, preservar a segurança das edificações existentes e garantir a integridade da população residente nas áreas afetadas.



2.4. As intervenções previstas concentram-se na Rua Zenóbio da Costa, Setores 6 e 12, no bairro São Pedro, áreas identificadas pela Defesa Civil Municipal como pontos críticos de risco geotécnico.

2.5. A execução das obras será viabilizada por meio de recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2023, conforme Termo de Compromisso nº 966269, firmado com o Governo Federal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as indicações constantes da Planilha Orçamentária, do Projeto Básico, do Memorial Descritivo, bem como das normas técnicas aplicáveis, padrões construtivos e especificações de serviços e materiais utilizados em obras de contenção e estabilização de encostas, além das orientações estabelecidas neste Termo de Referência.

3.2. A obra será contratada mediante Concorrência Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global, sob o regime de execução indireta, na modalidade de contratação semi-integrada. Tal escolha se justifica pela natureza e complexidade dos serviços a serem executados, bem como pela necessidade de avaliação do desempenho contratual por meio de medições periódicas vinculadas à evolução físico-financeira da obra.

3.3. A contratação abrangerá todas as etapas necessárias à execução das obras de contenção e estabilização de encostas, desde a mobilização inicial até a entrega definitiva da obra, compreendendo, dentre outros: serviços de terraplenagem e escavações; regularização e estabilização de taludes; execução de estruturas de contenção, tais como cortinas atirantadas, solo grampeado, muros de contenção ou outras soluções técnicas previstas em projeto; execução de fundações e estruturas em concreto armado; implantação de sistemas de drenagem superficial e profunda; execução de canaletas, descidas d'água e dispositivos de drenagem; proteção e revestimento de taludes; recomposição vegetal, quando aplicável; execução de obras complementares; limpeza final da área de intervenção.

3.4. No edital deverá ser informado se há projeto executivo disponível, bem como o local onde poderá ser examinado ou obtido pelos interessados. Não havendo, cumprirá à Administração estabelecer, no ato convocatório, que tal encargo será da adjudicatária. Infere-se, notadamente dos Art. 6º, XXVIII, Art. 14 § 4º, Art. 46º § 6º, da Lei 14.133/2021, que para a realização do procedimento licitatório não há a obrigatoriedade



da existência prévia de projeto executivo, desde que autorizado pela Administração e em contratações semi-integradas. Das definições de Projeto Básico, tem-se:

“XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;

b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;

c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;



d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei;"

3.4.1. Dessa forma, deduz-se que a Lei nº 14.133/2021 não impõe a obrigatoriedade de elaboração e execução do projeto executivo em contrato preliminar à contratação das obras, sendo juridicamente possível que a elaboração do projeto executivo e a execução da obra sejam licitadas no mesmo certame, desde que observados os critérios técnicos e de planejamento estabelecidos pela legislação.

3.4.2. Contudo, a referida Lei determina que cada etapa da contratação deve ser precedida da conclusão e da aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às fases anteriores, garantindo a coerência técnica e o controle adequado da execução contratual.

3.4.3. Ressalta-se que, nesse modelo, a Administração Pública é obrigada a elaborar o projeto básico como condição para o início do processo licitatório ou para a contratação direta da obra, não sendo compelida a produzir previamente o correspondente projeto executivo. Assim, o projeto executivo deve constar no escopo contratual, de modo alinhado às soluções técnicas delineadas no projeto básico, que deve ser suficientemente detalhado para reduzir a necessidade de ajustes durante a execução.

3.4.4. O art. 19, § 3º da Lei nº 14.133/2021 dispõe que, nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequado ao objeto, deverá ser preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building



Information Modelling – BIM), ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados. No contexto da metodologia BIM, a distinção entre projeto básico e projeto executivo decorre do Nível de Desenvolvimento (LOD) alcançado em cada fase, de modo que a antiga separação rígida entre essas etapas passa a ser substituída por um processo contínuo e colaborativo de modelagem e detalhamento.

3.4.5. Destaca-se que, em muitos casos, os entes públicos enfrentam limitações técnicas e orçamentárias que dificultam a elaboração prévia de projetos executivos completos. Nessas situações, a exigência de apresentação desse nível de detalhamento antes da contratação pode comprometer a eficiência do processo de planejamento e execução da obra. Assim, a adoção do regime de contratação semi-integrada permite que o projeto executivo seja desenvolvido pela contratada, observadas as diretrizes estabelecidas no projeto básico e nos demais documentos técnicos do certame.

3.4.6. Dessa forma, a presente contratação pauta-se na elaboração de um projeto básico completo e tecnicamente fundamentado, suficiente para caracterizar o objeto e permitir a formulação de propostas coerentes por parte das licitantes, assegurando a continuidade do processo de execução por meio da elaboração do projeto executivo pela contratada, em perfeita consonância com os parâmetros legais e técnicos aplicáveis.

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

3.4.7. Por fim, verifica-se também que as características técnicas inerentes à natureza do objeto são mais bem gerenciadas e exequíveis na etapa de obras, por necessidade de adequação de interferências que podem ocorrer no momento da



execução. Prevê-se assim tais interferências e particularidades no momento de contratação do Projeto Executivo.

3.4.8. Mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação – assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

3.5. Além da execução física, será responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários, bem como o cumprimento das normas técnicas e exigências legais, ambientais, de segurança do trabalho e de engenharia. A fiscalização da execução será realizada por equipe técnica designada pela Administração, com acompanhamento físico-financeiro e aferição por meio de medições mensais.

3.6. O licitante vencedor será devidamente convocado para assinar o termo de contrato ou, alternativamente, para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6.1. Esse poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

3.7. A vigência do contrato é de 6 (seis) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.8. O prazo de execução dos trabalhos é inicialmente previsto em 6 (seis) meses, contado da data estabelecida na Ordem de Início, sendo admitida sua eventual prorrogação caso ocorra algum dos motivos citados no artigo 115 § 5º da Lei nº 14.133 de 2021.

3.9. O início da execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço, a qual somente poderá ser expedida após a assinatura do contrato e a emissão da respectiva nota de empenho.

3.10. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento do início da execução do serviço estabelecido, a contratada deverá comunicar, com antecedência mínima de 3 (três) dias, os motivos justificadores, a fim de possibilitar a análise de eventual requerimento de prorrogação de prazo, ressalvadas as ocorrências de caso fortuito ou força maior.

3.11. Transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas e transição contratual:



3.11.1. Ao concluir o serviço, o contratado deve promover a atualização do projeto, entregando o relatório final de obra (como construído) ao contratante, com arquivos em formato editáveis (.xlsx; .docx; .dwg; etc) e não editáveis (.pdf).

3.12. O endereço de execução do objeto deste Termo de Referência situa-se na Rua Zenóbio da Costa, Bairro de São Pedro, no Município de Teresópolis/RJ.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O presente item tem por objetivo estabelecer os requisitos mínimos que deverão ser observados na contratação de empresa para elaboração dos projetos executivos e execução da obra de contenção e estabilização de encostas, no Município de Teresópolis/RJ, sob o regime de execução contratação semi-integrada, conforme a Lei nº 14.133/2021.

A definição destes requisitos visa garantir que a futura contratação observe os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade, assegurando a entrega de empreendimento público de qualidade, seguro, funcional e em conformidade com as normas técnicas e diretrizes.

4.1. Requisitos do negócio:

A solução deverá contemplar, de forma integrada, todos os serviços necessários à execução das obras de contenção nas imediações da Rua Zednóbio da Costa – Bairro São Pedro – Teresópolis – RJ, garantindo estabilidade geotécnica, segurança estrutural e adequada drenagem da área.

Para atendimento da necessidade da Administração, a solução deverá abranger, no mínimo, os seguintes componentes operacionais e técnicos:

4.1.1. Preparação do Terreno

A solução deverá contemplar a preparação adequada da área de intervenção, incluindo:

- Limpeza e supressão vegetal;
- Remoção de raízes, troncos e materiais orgânicos;
- Regularização e conformação do terreno;
- Adequação da superfície para início das intervenções.

4.1.2. Logística, Transporte e Destinação de Materiais

Deverá garantir:

- Carga, transporte e descarga de materiais escavados;
- Movimentação interna de materiais na área de obra;



- Destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- Atendimento às normas ambientais e de transporte de cargas.

4.1.3. Implantação de Canteiro de Obras

- A solução deverá prever:
- Instalação de canteiro de obras completo e funcional;
- Sinalização da área de intervenção;
- Estruturas provisórias (tapumes, acessos, plataformas);
- Espaços operacionais e administrativos (containers, refeitórios, sanitários);
- Condições adequadas de trabalho para as equipes envolvidas.

4.1.4. Instalações Provisórias

- Deverão ser asseguradas:
- Infraestrutura provisória de energia elétrica;
- Abastecimento de água;
- Sistema provisório de esgotamento sanitário;
- Reservatórios e unidades de apoio necessárias à execução.

4.1.5. Execução de Serviços de Cobertura Vegetal e Recuperação Ambiental

A solução deverá contemplar:

- Recomposição vegetal das áreas afetadas;
- Aplicação de técnicas de proteção superficial contra erosão;
- Estabilização superficial de taludes.

4.1.6. Disponibilização de Equipamentos e Apoio Operacional

Deverá incluir:

- Equipamentos necessários à execução das atividades;
- Sistemas auxiliares de energia e apoio operacional;
- Estrutura compatível com a complexidade da obra.

4.1.7. Execução de Escavações e Movimentação de Terra

A solução deverá garantir:

- Escavações em diferentes tipos de solo e rocha;
- Movimentação e transporte de material em áreas de difícil acesso;
- Reaterro e compactação conforme especificações técnicas;
- Adequação geométrica dos taludes.

4.1.8. Execução das Obras de Contenção e Estabilização

Deverá contemplar, conforme necessidade técnica:

- Implantação de sistemas de contenção (tirantes, grampos, estacas, cortinas, entre outros);
- Execução de soluções de estabilização de taludes;



- Instalação de sistemas de drenagem profunda e superficial;
- Aplicação de revestimentos protetivos e sistemas de contenção superficial;
- Utilização de técnicas adequadas às condições geotécnicas do local.

4.1.9. Sistemas de Acesso e Segurança Operacional

A solução deverá prever:

- Estruturas de acesso para execução segura dos serviços;
- Instalação de andaimes, passarelas e escadas;
- Condições seguras para circulação de trabalhadores e equipamentos.

4.1.10. Execução de Sistemas de Drenagem

Deverá assegurar:

- Implantação de dispositivos de drenagem superficial;
- Construção de canaletas, escadas hidráulicas e caixas de passagem;
- Controle do escoamento de águas pluviais;
- Prevenção de processos erosivos.

4.1.11. Serviços Técnicos Especializados

A solução deverá incluir:

- Elaboração e/ou adequação de projeto executivo;
- Levantamentos topográficos;
- Investigações geotécnicas (sondagens e ensaios);
- Elaboração de documentação técnica final (“as built”).

4.1.12. Administração e Gestão da Obra

Deverá contemplar:

- Gestão técnica e administrativa da execução;
- Coordenação das equipes e frentes de trabalho;
- Controle de prazos, custos e qualidade;
- Interface com a fiscalização da Administração.

4.1.13. Resultado Esperado da Solução

A solução deverá garantir:

- Estabilização segura e duradoura da área;
- Redução dos riscos geotécnicos;
- Proteção de vidas e patrimônios;
- Adequada integração da intervenção ao ambiente urbano;
- Execução eficiente, com controle de custos e prazos.



4.2. Natureza do Serviço:

- 4.2.1.** É considerado serviço de obra de engenharia, conforme disposto no art. 6º, inc. XXI, alínea b, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

4.3. Requisitos legais da solução:

- 4.3.1.** Lei Federal 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.
- 4.3.2.** Decreto Municipal 6.103/2023, que dispõe sobre a aplicação da Lei de Licitações e Contratos Lei 14.133/2021.
- 4.3.3.** Decreto 11.889 de 22/01/2024, que trata do conteúdo nacional e das resoluções CIIA-PAC (Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento), que enumeram quais equipamentos devem possuir conteúdo nacional, quando forem adquiridos com recursos do Novo PAC.
- 4.3.4.** Instrução Normativa SEGES/ME 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- 4.3.5.** Instrução Normativa SLTI/MP 1/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.
- 4.3.6.** Observância obrigatória das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente aquelas relacionadas à geotecnia, estruturas, drenagem e qualidade dos materiais;
- 4.3.7.** Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- 4.3.8.** Atendimento à legislação urbanística, ambiental e de segurança do trabalho aplicável;
- 4.3.9.** Cumprimento das exigências dos órgãos ambientais competentes, quando aplicável;
- 4.3.10.** Observância das normas regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, especialmente no que se refere à segurança em obras.

4.4. Sustentabilidade

- 4.4.1.** Considerando a crescente preocupação da sociedade em relação às questões ambientais e desenvolvimento sustentável, e ainda considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública, ocasionados pelo descarte dos



materiais inservíveis, caberá à CONTRATADA o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos de materiais inerentes ao fornecimento, principalmente no que concerne disposição final, em atendimento à legislação aplicável (IN nº 01-SLTIMPOS, 15/12/2010), inclusive assumindo o compromisso de cumprir todas as normas (legislação) que tratar do assunto de descarte de resíduos sólidos.

4.4.2. Após o fornecimento, deverão ser recolhidos, transportados e corretamente descartados pela CONTRATADA os eventuais resíduos gerados, sendo vedado o recolhimento posterior, dando destino e tratamento adequado aos mesmos, de acordo com os ditames e procedimentos contidos na Resolução nº 307/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, Lei 12.305/10, Decreto 7.404/10.

4.4.3. A administração pública optará por produtos/bens de menor impacto ambiental, de forma a garantir a observância da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, examinando a incidência, no caso concreto, das diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade adotadas pelos interessados.

4.4.4. Nos termos do Decreto nº 2.783/98, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000 é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que destroem a camada de ozônio abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

4.4.5. Além disso, cabe à CONTRATADA realizar práticas sustentáveis de manejo dos recursos.

4.4.6. Renováveis, a redução dos resíduos e poluições, a utilização de energia e materiais eficientemente, empregando equipamentos mais modernos e adequados às normas e preservação ambiental.

4.4.7. Caso seja constatado o registro de três ocorrências, em um período de 30 dias, por descumprimento das orientações acima, a empresa a ser contratada poderá sofrer as sanções previstas em contrato, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.



4.4.8. A execução da obra deverá observar os princípios de sustentabilidade previstos no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, devendo a contratada adotar práticas e soluções que minimizem impactos ambientais e promovam o uso racional de recursos naturais, priorizando:

4.4.8.1. A utilização de materiais com menor impacto ambiental e de origem certificada, quando disponíveis no mercado;

4.4.9. Redução e destinação ambientalmente adequada de resíduos da construção civil, conforme Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas atualizações;

4.4.9.1. O uso eficiente da água e da energia elétrica durante a execução da obra;

4.4.10. A observância de normas técnicas de desempenho e eficiência energética aplicáveis às edificações públicas.

4.5. Indicação de marcas ou modelos

4.5.1. Não haverá indicação prévia de marcas ou modelos específicos, uma vez que a contratação se dá sob o regime de contratação semi-integrada, cabendo à empresa contratada propor as soluções técnicas e tecnológicas adequadas ao atendimento das especificações e parâmetros de desempenho definidos.

4.6. Da exigência de carta de solidariedade

4.6.1. Considerando que a presente contratação é serviço e se dará sob o regime de execução contratação semi-integrada, não será exigida a apresentação de Carta de Solidariedade.

4.6.2. Tal instrumento é usualmente utilizado apenas em casos específicos e, geralmente, na aquisição de bens.

4.7. Subcontratação

4.7.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas neste Projeto Básico e desde que previamente autorizada pela Contratante.

4.7.2. A legislação pertinente, mais especificamente o artigo 122 da lei nº 14.133/ 2021, estipula claramente que, durante a execução de um contrato, é viável a subcontratação de partes da obra, serviço ou fornecimento pelo contratado, desde que respeitando as diretrizes e limites estabelecidos pela Administração Pública.

4.7.3. Este trecho da lei estabelece a permissão explícita para a subcontratação de partes do contrato, deixando claro que o contratado pode delegar partes da



execução a terceiros, desde que se mantenha dentro dos limites estipulados pela Administração.

4.7.4. Dessa forma, de modo a alcançar o maior número de empresas interessadas será admitida subcontratação parcial de serviços acessórios ou especializados, tais como topografia e sondagens geotécnicas desde que previamente autorizados pela Administração.

4.8. Garantia da contratação

4.8.1. Exigir-se-á da CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo art. 98 da Lei n.º 14.133/21, da ordem de 5% (cinco) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para situações de prejuízos por não cumprimento, multas punitivas, prejuízos à Contratante, obrigações trabalhistas e previdenciárias.

4.8.2. Em caso de rescisão decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da caução prestada e o débito verificado. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a CONTRATANTE se utilizará da garantia dada para a finalidade de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela CONTRATADA, na recomposição das perdas e danos sofridos.

4.8.3. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 05 (cinco) dias úteis seguintes à sua notificação. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

4.8.4. O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

4.9. Alteração Subjetiva

4.9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação do fornecedor com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os



requisitos de habilitação exigidos na licitação original e sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação, bem como, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do fornecimento, quando for o caso.

4.10. Vistoria

4.10.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.

4.10.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10.3. A vistoria deverá ser agendada pelo telefone: (21) 2742-3352.

4.10.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.5. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.11. Requisitos gerais da solução:

4.12. Também são requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

- compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;
- comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;



- aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;
- compromisso com o bem-estar, progresso profissional e pessoal de seus colaboradores;
- combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;
- adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade Requisitante dependente da Contratada;
- garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa.

5. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão executados com fornecimento de material, mão de obra e equipamento próprios da CONTRATADA e de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, em anexo, devendo a execução obedecer plenamente à fiscalização responsável pela obra.

5.2. A CONTRATANTE emitirá uma Ordem de Serviço, datada e assinada por autoridade competente, formalizando o início do serviço a ser executado e que deve também ser assinada pela CONTRATADA em até 5 (cinco) dias úteis.

5.3. O não atendimento injustificado da CONTRATADA para assinatura da Ordem de Serviço será considerado como fato qualificador da inexecução total do objeto constante da respectiva Ordem de Serviço, para os fins previstos na legislação em vigor e no compromisso de execução dos serviços.

5.4. Nos preços propostos pela CONTRATADA já devem estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, como frete, encargos fiscais, sociais, trabalhistas e quaisquer outros.

5.5. Correrão exclusivamente por conta da contratadas quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos.

5.6. A CONTRATADA não será ressarcida de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos no orçamento, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.



5.7. A execução dos serviços deverá ser precedida de sinalização própria para o trânsito de veículos e pedestres sempre que for necessária e deverão ser tomados todos os cuidados com a segurança integral dos envolvidos e dos munícipes, devendo a empresa utilizar cones, cavaletes, cercas e faixas e o que mais se fizer necessário a bem da segurança geral.

5.8. A empresa contratada deverá manter seus funcionários devidamente uniformizados e com equipamentos de proteção individual (EPI's) de acordo com as exigências dos serviços e do Ministério do Trabalho.

5.9. Os serviços deverão ser executados com toda a perfeição técnica, respeitando as normas, regulamentos e leis aplicáveis aos serviços técnicos realizados para a execução do projeto, em especial as exigências das Normas Técnicas da ABNT;

5.10. Prazo de garantia

5.10.1. Após recebimento definitivo do empreendimento, o prazo de garantia será de 5 (cinco) anos.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



6.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.7. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

6.10. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.11. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto até a sua entrega, durante o horário da execução do serviço.

6.12. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato nomeado pela Secretaria Especial de Fiscalização de Obras Públicas ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), onde registrará todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.14. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução das obras de contenção e estabilização de encostas, no Município de Teresópolis/RJ, garantindo o cumprimento de todas as condições estabelecidas contratualmente e assegurando a obtenção dos melhores resultados para a Administração Pública, conforme disposto no Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, inciso VI.

6.15. A unidade gestora do Contrato será a Secretaria Municipal de Defesa Civil.



6.16. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

6.17. A CONTRATADA deverá sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, atendendo às reclamações consideradas procedentes e acatando as exigências quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e providenciar a imediata correção de deficiências constatadas quanto à execução dos serviços CONTRATADOS.

6.18. A CONTRATANTE manterá, desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma Comissão de Fiscalização e ou servidor formalmente designado para acompanhamento e controle dos trabalhos.

6.19. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela CONTRATANTE.

6.20. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

6.21. O fiscal técnico deverá registrar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, descrevendo as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas, falhas ou defeitos observados, em conformidade com o art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 22, inciso II, do Decreto nº 11.246/2022.

6.22. Quando constatadas inexecuções ou irregularidades na execução contratual, o fiscal técnico emitirá notificações formais determinando o prazo para a correção das não conformidades, nos termos do art. 22, inciso III, do Decreto nº 11.246/2022.

6.23. Em situações que demandem decisões ou medidas que ultrapassem sua competência, o fiscal técnico deverá comunicar, em tempo hábil, ao gestor do contrato, para que sejam adotadas as providências necessárias, conforme previsto no art. 22, inciso IV, do Decreto nº 11.246/2022.

6.24. Ocorrendo fatos que possam comprometer o andamento regular das obras ou inviabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos, o fiscal técnico deverá comunicar imediatamente ao gestor do contrato, nos termos do art. 22, inciso V, do Decreto nº 11.246/2022.

6.25. Por fim, o fiscal técnico informará ao gestor do contrato, com antecedência adequada, sobre a proximidade do término da vigência contratual, de modo a



possibilitar a análise de eventual prorrogação, renovação ou encerramento, em conformidade com o art. 22, inciso VII, do Decreto nº 11.246/2022.

6.26. A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas, profissionais e/ou pessoas.
- b) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de rotinas de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos.
- c) Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.27. O fiscal administrativo do contrato será responsável por acompanhar a execução administrativa da contratação referente às obras de contenção e estabilização de encostas no Município de Teresópolis, verificando a manutenção das condições de habilitação da contratada e controlando os aspectos administrativos e financeiros do ajuste.

6.28. Compete ao fiscal administrativo acompanhar o empenho da despesa, o processamento dos pagamentos, a vigência das garantias contratuais, a aplicação de eventuais glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, podendo solicitar à contratada quaisquer documentos comprobatórios que julgar necessários, conforme dispõe o art. 23, incisos I e II, do Decreto nº 11.246/2022.

6.29. No caso de descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo deverá atuar de forma tempestiva na solução do problema, comunicando ao gestor do contrato sempre que a situação exigir providências que extrapolem sua competência, em conformidade com o art. 23, inciso IV, do Decreto nº 11.246/2022.

GESTOR DO CONTRATO

Cabe ao gestor do contrato

6.30. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações



e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.31. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.32. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.33. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.34. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.35. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.36. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.37. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.37.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.37.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



7.1. A medição dos serviços será realizada com base nos quantitativos efetivamente executados, conforme planilha orçamentária contratual e cronograma físico-financeiro, observando o regime de execução indireta por preço global.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 20 (vinte) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.



7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a finalização de cada etapa do cronograma físico-financeiro;

7.11. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.13.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.13.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.13.4. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.18.1.** o prazo de validade;
- 7.18.2.** a data da emissão;
- 7.18.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.18.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 7.18.5.** o valor a pagar; e
- 7.18.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.21.1.** identificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.21.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,



regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada aa Contratada a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento:

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta dias) úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, conforme Artigo 131 do Decreto Municipal nº 6.103 de 15 de dezembro de 2023.

7.27. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documentação complementar por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Forma de Pagamento:

7.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.31. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará



condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.33. A contratada deverá formalizar o processo de pagamento no Protocolo Geral do Município, devendo ser realizada a abertura de forma digital, através do link: <https://teresopolis.ldoc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>, apresentando Originais do Empenho e Ordem de Compra, cópia do Contrato ou instrumento equivalente, inclusive de eventuais aditivos, documentação de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Nota Fiscal, e o RANFS quando necessário. Deverá ser realizado pagamento do protocolo geral, quando for o caso.

Reajuste:

7.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI do mês 06 do ano de 2025].

7.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito:



7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

7.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



8.4. Exercer acompanhamento e fiscalização permanente sobre os serviços executados, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, objetivando a manutenção de elevado padrão de qualidade.

8.5. Realizar os pagamentos devidos à contratada, pela execução dos serviços nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação por parte do fiscal de Contrato informando do sucesso da execução observado nas entregas solicitadas.

8.6. Auxiliar à CONTRATADA com documentos, informações e demais elementos que eventualmente venham a ser solicitados e que auxiliem nos serviços que tenham a executar, facilitando o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da Prefeitura e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste Instrumento.

8.7. Analisar a documentação apresentada para pagamento e verificar a sua conformidade com a execução dos serviços;

8.8. Ficam reservados ao Gestor do Contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto CONTRATADO, desde que não acarrete ônus ou modificação na contratação.

8.9. As decisões que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

8.10. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.12. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando



houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.13. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

8.14. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.15. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.16. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo Contratado.

8.17. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.18. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

8.19.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

8.19.2. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.20. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

9.1. São obrigações da Contratada:

9.2. A CONTRATADA deve executar o objeto do Contrato conforme o TERMO DE REFERÊNCIA nos termos das Normas, Portarias, Requisitos Técnicos e demais legislações pertinentes à contratação do objeto em questão, inclusive assumindo o compromisso de cumprir todas as normas relacionadas às questões ambientais, referentes ao descarte dos materiais.



9.3. Seguir de forma rigorosa todas as fases e etapas previstas neste TR, no cronograma físico financeiro e em Contrato.

9.4. Fornecer relatórios periódicos, devidamente detalhados e ilustrados, com conteúdo redigidos de forma clara e sucinta, mas abrangente, relativos a cada uma das fases e etapas de elaboração da obra/reforma tendo em vista permitir o acompanhamento e a avaliação permanente de todos os trabalhos contratados.

9.5. Substituir no todo ou em parte qualquer material/obra/serviço fornecido com avarias ou em desacordo com as especificações contidas no Projeto, Especificações Técnicas desejadas ou em Contrato.

9.6. Comunicar ao fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou impossibilidade na execução da obrigação contratual assumida, para adoção das providências cabíveis;

9.7. Se responsabilizar pelas ocorrências relativas a acidentes que possam ser vítimas seus empregados no desempenho de suas funções, por ocasião da execução dos serviços.

9.8. Assumir todas as despesas diretas e indiretas, tais como salários, transportes, alimentação,

9.9. Diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, uniformes, equipamentos, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos empregados da CONTRATADA, no desempenho dos serviços objeto deste contrato, ficando a CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

9.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

9.11. A CONTRATADA deverá facilitar a ação dos Fiscais e do Gestor do Contrato, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas por eles.

9.12. A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, respondendo por todos e quaisquer comportamentos e atitudes inadequados de seus profissionais, tais como falta de urbanidade, presteza ou decoro.



9.13. Veda-se à CONTRATADA, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações, referentes à prestação de serviços do objeto dos eventuais Contratos, sem a prévia autorização oficial escrita emitida pela Prefeitura.

9.14. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo cumprimento de toda legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços.

9.15. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados a Prefeitura na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos pela infração cometida ou executada inadequadamente.

9.16. A contratada deverá designar as suas expensas PREPOSTO para que, sempre que houver necessidade, se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe disponibilizada.

9.17. A CONTRATADA deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

9.18. Na designação do Preposto é vedada a indicação dos próprios funcionários (responsáveis pela prestação dos serviços junto à CONTRATANTE) para o desempenho de tal função.

9.19. Fornecer e manter atualizado todos os seus dados, inclusive endereço, telefone, e-mail até o final da vigência do Contrato.

9.20. Atender a todas as condições contidas no Projeto Básico.

9.21. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.



9.21.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.21.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e seus anexos, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.23. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.24. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.24.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.24.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.24.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

9.24.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.24.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;.

9.25. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas



pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.26. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.28. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

9.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.31. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.32. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

9.33. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.34. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.35. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;



9.36. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.37. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.38. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.39. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.40. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.41. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.42. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.43. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.



9.44. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.44.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.44.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.44.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.44.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.45. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.46. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.47. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.48. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes



admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.49. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.50. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.51. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

9.52. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.53. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.



9.54. A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da execução da obra, o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e o Plano de Segurança da Obra, conforme normas do Ministério do Trabalho e legislação vigente.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

10.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

10.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

10.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.



10.13. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.14. Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.16. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

11.1.1. Justificativa:



11.1.1.1. Artigo 6º, Inciso XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

11.1.1.1.1. A Concorrência Eletrônica se destaca por ser ágil, transparente e economicamente vantajosa, conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021. Esse formato licitatório permite ampla competitividade entre os participantes, assegurando à Administração Pública a melhor relação custo-benefício, além de promover celeridade processual e eficiência administrativa.

11.1.1.1.2. Adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço Global para a contratação de empresa especializada na execução das obras de contenção e estabilização de encostas no Município de Teresópolis/RJ assegura a padronização dos serviços, a uniformidade na execução das etapas construtivas e a redução dos riscos de inconsistência técnica ou falhas na prestação contratual.

11.2. A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida Lei 14.133, em seu artigo 17, §§ 1º e 3º da NLLC (Nova Lei de licitações e contratos), DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTA CERTAME.

11.2.1. Justificativa:

11.2.1.1. A Lei 14.133, em seu artigo 17, §§ 1º e 3º, estabelece que a fase de lances deve preceder a habilitação. No entanto, em situações específicas, como na contratação de obras cuja interrupção ou suspensão possa acarretar prejuízos à continuidade da construção, a inversão das fases se mostra uma alternativa mais eficaz. Isso ocorre porque, em diversos processos licitatórios, empresas sem capital social adequado ou sem comprovação técnica acabam apresentando lances mais baixos e sendo declaradas vencedoras. Porém, na fase de habilitação, constata-se que não atendem aos requisitos do edital, resultando em atrasos irreversíveis, riscos de perda do objeto devido à expiração de prazos ou, em muitos casos, no fracasso da licitação.



11.2.1.2. A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

11.3. O regime de execução do objeto será de contratação semi-integrada.

11.3.1. Justificativa

11.3.1.1. Em razão da adoção do regime de contratação semi-integrada, a contratada poderá propor aperfeiçoamentos técnicos ao Projeto Básico fornecido pela Administração, mediante elaboração do Projeto Executivo, desde que mantidas as diretrizes técnicas, o desempenho estrutural e a funcionalidade da solução originalmente prevista.

11.3.1.2. Podem ser ajustados:

- 11.3.1.2.1. detalhamento estrutural;
- 11.3.1.2.2. métodos construtivos;
- 11.3.1.2.3. especificação de materiais equivalentes;
- 11.3.1.2.4. dimensionamento executivo de tirantes/grampo;
- 11.3.1.2.5. detalhamento de drenagem;
- 11.3.1.2.6. métodos de estabilização.

11.3.2. Considerando as características técnicas e a complexidade do objeto, que envolve serviços especializados de engenharia geotécnica voltados à contenção e estabilização de encostas, incluindo execução de tirantes, grampos para solo grampeado, sistemas de drenagem e estruturas de estabilização de taludes, conclui-se que a contratação deverá ocorrer sob o regime de contratação semi-integrada, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global.



11.3.2.1. A adoção desse critério justifica-se pela necessidade de garantir economicidade, eficiência e adequada gestão dos recursos públicos, bem como pela integração entre as etapas de elaboração do projeto executivo e execução das obras, permitindo a compatibilização das soluções técnicas com as condições geotécnicas do terreno. Dessa forma, o critério adotado mostra-se compatível com as práticas usualmente aplicadas em contratações públicas de obras de contenção de encostas de natureza e complexidade semelhantes, assegurando maior eficiência na execução contratual.

11.3.3. A adoção do regime de **contratação semi-integrada** justifica-se em razão das características técnicas e da complexidade do objeto, que compreende a execução de obras de engenharia geotécnica destinadas à **contenção e estabilização de encostas**, envolvendo serviços especializados como perfurações em maciço de solo e/ou rocha, execução de tirantes, grampos para solo grampeado, implantação de sistemas de drenagem e instalação de estruturas de estabilização de taludes.

11.3.4. Destaca-se que obras dessa natureza estão diretamente condicionadas às **condições geotécnicas do terreno**, as quais podem apresentar variações ao longo da execução dos serviços, mesmo quando precedidas de investigações geotécnicas e levantamentos topográficos. Dessa forma, a adoção da contratação semi-integrada possibilita que a empresa contratada elabore o **Projeto Executivo da obra**, promovendo o adequado detalhamento técnico das soluções construtivas e a compatibilização com as condições efetivamente verificadas em campo.

11.3.5. Esse modelo de contratação permite maior **eficiência técnica, racionalização dos métodos construtivos e redução de riscos de incompatibilidades entre projeto e execução**, contribuindo para a melhoria do desempenho estrutural das intervenções e para a adequada aplicação dos recursos públicos.

11.3.6. Ademais, a adoção do referido regime encontra respaldo na **Lei nº 14.133/2021**, que prevê a contratação semi-integrada como modalidade adequada para empreendimentos de engenharia que demandem maior nível de especialização técnica e detalhamento executivo por parte da contratada, mantendo-se, contudo, as diretrizes e parâmetros técnicos definidos pela Administração no Projeto Básico.



12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, constante nas exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômica, observados os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021.

12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1. Declaração negativa de parentesco, inelegível, trabalho de menores e forçado e degradante.

12.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



12.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.1.8. O rol de documentos finais a serem observados pelos licitantes interessados constarão em rol taxativo na redação do Edital, a depender da modalidade licitatória e das dispensas de documentação previstas em Lei, como nos casos de Dispensa de Licitação e Inexigibilidade.

12.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

12.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



12.2.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei.

12.2.8. O rol de documentos finais a serem observados pelos licitantes interessados constarão em rol taxativo na redação do Edital, a depender da modalidade licitatória e das dispensas de documentação previstas em Lei, como nos casos de Dispensa de Licitação e Inexigibilidade.

12.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.3.1. Comprovação de registro da Pessoa Jurídica em entidade profissional competente - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

12.3.2. Indicação de responsável técnico e termo de compromisso onde o profissional se comprometa a compor o quadro técnico do licitante caso vença a licitação.

12.3.3. Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social servirá de documento hábil a comprovação do vínculo.

12.3.4. Comprovação de aptidão técnica para a execução da obra, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Certidão de Acervo Operacional (CAO) emitida pelo CREA/CAU, conforme o caso, em nome da empresa licitante.

12.3.5. A CAO ou CAT deverá comprovar a experiência prévia da pessoa jurídica na execução de obras ou serviços de natureza, porte e complexidade equivalentes aos previstos.

12.3.6. A qualificação técnica exigida neste Instrumento refere-se apenas a CAPACIDADE PROFISSIONAL nos seguintes itens do orçamento:

12.3.6.1. Referente ao orçamento a Rua Zenóbio da Costa, Setor 6 (Ponto 2):

CPU05	COMPOSIÇÃO	EXECUÇÃO DE TIRANTE MONOBARRA COM ARMADURA DE 32 MM, COMPRIMENTO MAIOR OU IGUAL A 22 M E MENOR OU IGUAL A 30 M, COM DIAMETRO DE FURO DE 100 MM EXECUTADO
-------	------------	--



		COM HASTE UTILIZANDO PERFURATRIZ SOBRE ESTEIRA.
CPU06	SCO SERVIÇOS	ACESSÓRIOS PARA TIRANTE DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 32MM (1 1/4"), COMPREENDENDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA PLACA, PORCA, CONTRA-PORCA, PROTEÇÃO ANTI-CORROSIVA DAS PEÇAS METÁLICAS, INCLUSIVE DA CABECA COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:3, EXCLUSIVE PROTENSÃO (SCO: ET 35 05 0100)
CPU11	COMPOSIÇÃO	EXECUÇÃO DE GRAMPO PARA SOLO GRAMPEADO COM COMPRIMENTO MENOR OU IGUAL A 6 M, DIÂMETRO DO FURO DE 10 CM, PERFURAÇÃO COM EQUIPAMENTO MANUAL E ARMADURA COM DIÂMETRO DE 32 MM.
CPU10	COMPOSIÇÃO	EXECUÇÃO DE GRAMPO PARA SOLO GRAMPEADO COM COMPRIMENTO MAIOR QUE 10 M, DIÂMETRO DO FURO DE 10 CM, PERFURAÇÃO COM EQUIPAMENTO MANUAL E ARMADURA COM DIÂMETRO DE 32 MM.
CPU09	EMOP SERVIÇOS	SISTEMA DE ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES DE ROCHA E/OU SOLO, MALHA DE AÇO COM CAPACIDADE DE CARGA LONGITUDINAL DE 15T/M, FORMATO LOSANGULAR, FEITA DE FIO DE AÇO DE TENSÃO DE ESCOAMENTO DE 1770MPA, E COM GALVANIZAÇÃO DE ZINCO-ALUMÍNIO, CARGAS ATÉ 150KN/M, INCLUSIVE CABOS DE CONTORNO, EXCLUSIVE BARRAS DE AÇO E PORCAS. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. (EMOP:11.040.0120-0)

12.3.6.2. Referente ao orçamento a Rua Zenóbio da Costa, Setor 12:



CPU13	COMPOSIÇÃO	EXECUÇÃO DE GRAMPO PARA SOLO GRAMPEADO COM COMPRIMENTO MAIOR QUE 10 M, DIÂMETRO DE 10 CM, PERFURAÇÃO COM EQUIPAMENTO MANUAL E ARMADURA COM DIÂMETRO DE 32 MM. AF_07/2024
CPU16	COMPOSIÇÃO	SISTEMA DE ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES DE ROCHA E/OU SOLO, COMPOSTO POR MALHA DE AÇO COM CAPACIDADE DE CARGA LONGITUDINAL DE 15T/M, EM FORMATO LOSANGULAR, FEITA DE FIO DE AÇO DE TENSÃO DE ESCOAMENTO DE 1770MPA E COM GALVANIZAÇÃO DE ZINCO-ALUMÍNIO MAIS GARRAS DE CONEXÃO EM AÇO, PLACAS DE ANCORAGEM EM AÇO EM FORMATO LOSANGULAR PARA CARGAS ATÉ 150KN/M E ANCORAGENS DE ARREIMATE EM CABO DE AÇO DUPLO, TODOS COM GALVANIZAÇÃO ESPECIAL POR IMERSÃO PROFUNDA A QUENTE, INCLUSIVE CABOS DE AÇO DE CONTORNO, EXCLUSIVE BARRAS DE AÇO E PORCAS. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO
CPU27	COMPOSIÇÃO	ACESSÓRIOS PARA ANCORAGEM DE SOLO GRAMPEADO OU TELA DE ALTA RESISTÊNCIA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA E PORCA

12.3.7. A aptidão técnica de que trata o subitem anterior poderá ser demonstrada pelo fornecimento, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos informados.

12.3.8. Para comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos, conforme RESOLUÇÃO PGE Nº 4504 de 31 de janeiro de 2010:

- a) Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão pertinente e compatível



em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, na forma do artigo 67, da Lei Federal nº 14.133/21.

- b) Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, sendo aceito o seu somatório, desde que reste demonstrada a execução concomitante do objeto.
- c) Os atestados de capacidade técnica deverão ser acompanhados das cópias dos contratos ou notas de empenho ou notas fiscais que lhes deram origem.

12.3.9. Declaração de possuir disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados à realização do objeto da contratação, apresentando relação explícita e formal das disponibilidades exigidas.

12.3.9.1. A comprovação deverá ser apresentada na assinatura do contrato.

12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

12.4.1. O licitante detentor da proposta deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

12.4.2. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

12.4.3. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

12.4.4. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes



ou balanços provisórios, acompanhados da Certidão Negativa de Débitos e Certidão de Habilitação Profissional do Contador.

12.4.5. Serão considerados aceitos o balanço patrimonial e contábeis, assim apresentados:

Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- a) Publicados no Diário Oficial; ou
- b) Publicados em jornal de grande circulação; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante.

Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- a) Por fotocópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantados, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, ou
- b) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante.

Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- a) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante, ou
- b) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante ou em outro órgão equivalente.

Sociedade criada no exercício em curso:



- a) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da licitante.

O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

A situação econômico-financeira das empresas licitantes será avaliada, dentre outros critérios, pelos Índices de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), através índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

- a) **Índice de Liquidez Geral:** somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 01 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:
- b) **Índice de Liquidez Corrente:** somente serão qualificados os Licitantes que obtiverem Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 01 (um), apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.4.6. A licitante que apresentar índice de liquidez corrente em valor inferior a 1 poderá, alternativamente, demonstrar que possui patrimônio líquido equivalente a no mínimo 10% do valor estimado a pretendida contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei e com registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.



12.4.7. Especificamente com relação à adoção de análise da saúde financeira dos licitantes, deverá se adotar as disposições previstas no art. 69, da Lei nº 14.133/2021.

12.4.8. É condição precípua levar em consideração que a qualificação econômico-financeira visa apurar a disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação. Como a utilização dos índices propostos para o presente certame tem sido constantemente utilizada nas licitações da Administração Pública estadual, logrando êxito na avaliação objetiva dos licitantes, para comprovação de que os licitantes têm condições da garantia da execução dos serviços nos termos desejados, defendemos a sua manutenção.

12.4.9. As empresas interessadas em participar do presente certame licitatório deverão prestar garantia da proposta, na forma de caução, que será de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021, para assegurar a manutenção da proposta até a assinatura do contrato.

12.4.10. A garantia de proposta será exigida de todos os licitantes e poderá ser apresentada nas modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei 14.133/2021, à escolha do licitante, quais sejam: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia; e fiança bancária.

12.4.11. A garantia da proposta deverá ser encaminhada, obrigatoriamente, para antes da abertura do certame, no ato do cadastramento da proposta de preços.

12.4.12. A empresa deverá apresentar, ainda, declaração contendo a relação de compromissos por ela assumidos, que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados (Anexo X – Modelo de Declaração de Compromissos Assumidos).

Disposições gerais sobre habilitação

12.5. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.6. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento



equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

12.10. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

12.10.1. Será exigida a seguinte documentação complementar:

12.10.2. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

12.10.3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.10.4. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

12.10.5. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107; A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

12.10.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

12.10.6.1. ata de fundação;



- 12.10.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 12.10.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 12.10.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 12.10.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 12.10.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 12.10.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13. DA POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA

13.1. Não será permitida a participação de cooperativa, pois se trata de uma contratação de escopo próprio, onde não haverá continuidades dos serviços após o término contratual por parte da Administração, bem como atividade a ser contratada demanda dedicação exclusiva do executante e a existência de vínculos profissionais - seja de diferentes especialidades - com a pessoa jurídica (relação subordinação entre o obreiro e o fornecedor do serviço).

13.2. O Tribunal de Contas da União firmou jurisprudência e sumulou o tema nos seguintes termos: “É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade” (Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 – Plenário, de 11 de julho de 2012).

14. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

14.1. Sempre que se exigir, a comunicação entre o Gestor do Contrato e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo ofício, as comunicações por correio eletrônico.



14.2. O Gestor do Contrato e a CONTRATADA responderão todas as questões sobre o contrato a ser firmado, procurando solucionar todos os problemas que defrontarem, dentro dos limites legais e da razoabilidade.

15. ALTERAÇÃO NA EQUIPE TÉCNICA

15.1. Os técnicos relacionados como integrantes da equipe técnica chave deverão efetivamente trabalhar na execução do Contrato.

15.2. Eventual substituição de algum deles só será possível mediante comunicação por escrito à CONTRATANTE, devidamente justificada, sendo obrigatória a aprovação por parte da mesma. Do técnico substituído deverão ser apresentados documentos comprovando ter o mesmo, qualificação técnica igual ou maior que a do substituído. Os documentos a serem apresentados são os mesmos exigidos pelo Edital para o técnico em questão.

15.3. A CONTRATANTE terá autonomia para aprovar ou reprovar qualquer substituição de profissional proposta pela CONTRATADA. No caso de reprovação, será responsabilidade exclusiva da CONTRATADA manter o profissional aprovado inicialmente ou apresentar nova proposta de substituição, até que a Prefeitura aprove.

16. CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. Todos os SERVIÇOS em desacordo com as especificações técnicas, assim como as falhas e/ou vícios de projetos, verificados no ato do seu recebimento e/ou durante período de análise pela CONTRATANTE, de responsabilidade da CONTRATADA, deverão ser refeitos, sem ônus. Neste caso, o prazo para recuperação daquelas falhas será determinado pela CONTRATANTE e sua inobservância implicará aplicação das penalidades previstas no EDITAL e no CONTRATO;

16.2. A eventual reprovação dos SERVIÇOS em qualquer fase de sua execução não implicará alteração dos prazos nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.



17. SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

17.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos SERVIÇOS até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do CONTRATO, atualizado nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21;

17.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes; Aos serviços novos, deverá ser aplicado o mesmo índice de desconto médio da proposta apresentada pelo Licitante vencedor.

17.3. As supressões ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante a elaboração de Termo Aditivo ao instrumento contratual.

18. ORÇAMENTO ESTIMADO

18.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 18.303.497,65** (dezoito milhões, trezentos e três mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

18.1.1. Sendo atribuídos a Rua Zenóbio da Costa, Setor 6 (Ponto 2) o valor de R\$ 6.931.305,82 (seis milhões, novecentos e trinta e um mil, trezentos e cinco reais e oitenta e dois cinco centavos) e a Rua Zenóbio da Costa, Setor 12 o valor de R\$ 11.372.191,83 (onze milhões, trezentos e setenta e dois mil, cento e noventa e um reais e oitenta e três centavos).

18.2. Os índices de preços considerados na planilha orçamentária constante do Anexo são do sistema SINAP, com mês/ano de referência 10/2025.

18.3. As planilhas de custos e formação de preços servirão também para demonstrar possíveis variações de custos no curso da execução do contrato e deverão ser utilizadas como base em eventuais reajustes ou revisões de preços.

18.4. A identificação dos itens, quantidades e unidades estarão presentes no Anexo deste Termo de Referência, Estimativa de Custo.

18.5. O orçamento e memória de cálculo, bem como o cronograma físico-financeiro, estão anexados a este Termo de Referência.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

FICHA	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
644	4.4.90.51.00	1500	OBRAS E INSTALAÇÃO

19.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

20. DAS CONDIÇÕES GERAIS

20.1. A elaboração da proposta deverá consignar obrigatoriamente e expressamente o detalhamento de todos os elementos que formarão o preço final do serviço proposto, conforme os quantitativos e as especificações deste Instrumento.

20.2. Antes de apresentar a proposta, a empresa deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrada ou alteração de qualidade.

20.3. A CONTRATADA, quando da formação dos preços, deverá observar as quantidades e especificações necessárias à perfeita execução dos serviços em atendimento ao presente Termo de Referência, não podendo, em caso de inobservância, ser alvo de justificativa para posterior acréscimo ou reajuste, além dos casos previstos na legislação em vigor.

20.4. A proposta deverá englobar todos os custos relativos aos serviços, tributos, tarifas, emolumentos, insumos, fiscal e previdenciária, com detalhamento de todos os elementos que possam influenciar no custo, tais como o valor para a remuneração da mão de obra utilizada no serviço, benefícios, seguros, taxas de administração e lucro, Impostos, sua exigibilidade e seus percentuais, insumos e etc.

20.5. Durante a elaboração dos projetos, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor e efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto, até o Recebimento Definitivo dos serviços.



20.6. A CONTRATANTE terá acesso irrestrito a qualquer material produzido pela empresa para o cumprimento da contratação norteadas por este Termo, bem como, a quaisquer sistemas digitais porventura utilizados, como os respectivos códigos de acesso. A CONTRATADA se obriga a manter sigilo sobre informações a ela confiadas em caráter reservado.

20.7. Os casos eventualmente omissos e as dúvidas que surgirem durante a execução deverão ser resolvidos entre as partes, por meio de procedimentos administrativos.

20.8. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

20.9. Todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados pelo CONTRATADO serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do CONTRATANTE.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Procedimento Licitatório.

21.3. O foro do município de Teresópolis será o único competente para redimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

21.4. Fazem parte deste Termo de Referência:

Anexo I – Planilha Orçamentária: Rua Zenóbio da Costa, Setor 12;

Anexo II – Planilha Orçamentária: Rua Zenóbio da Costa, Setor 6 (Ponto 2);

Anexo III – Projeto Básico: Rua Zenóbio da Costa, Setor 12;

Anexo IV – Projeto Básico: Rua Zenóbio da Costa, Setor 6 (Ponto 2);

Anexo V – Memorial Descritivo: Rua Zenóbio da Costa, Setor 12;

Anexo VI – Memorial Descritivo: Rua Zenóbio da Costa, Setor 6 (Ponto 2);



Anexo VII – Memoria de Calculo: Rua Zenóbio da Costa, Setor 12;

Anexo VIII – Memoria de Calculo: Rua Zenóbio da Costa, Setor 6 (Ponto 2);

Anexo IX – Matriz de Riscos;

Anexo X – Modelo de Declaração de Compromissos Assumidos.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.2.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Procedimento Licitatório.
- 22.3.** Oforo do município de Teresópolis será o único competente para redimir e julgar toda qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.
- 22.4.** Nos termos, APROVO o Termo de Referência e AUTORIZO a realização da Licitação.

Teresópolis, xx de xxxx de 2026

MARIANA DOMINGOS ANTUNES FERNANDES SANTOS

Cargo: Secretaria Municipal de Defesa Civil

Mat.